

Bird aceita avalizar títulos da dívida brasileira

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON

— A Diretoria do Banco Mundial está disposta a dar seu aval a títulos públicos (**exit bonds**, ou bônus de saída), incluídos na negociação da dívida externa entre o Governo do Brasil e os bancos privados. Para a cúpula do Bird, a emissão desses papéis — que seriam trocados por parte do débito — é, de fato, uma das soluções viáveis para o problema.

Pelos cálculos desse organismo, o País poderia conseguir que os banqueiros captassem até, no máximo, US\$ 6 bilhões em títulos de longo prazo. Seus técnicos estimam ainda que, se a proposta brasileira for bem encaminhada, o País poderia obter um alívio ainda maior: segundo eles, seria possível negociar até 20% do total da dívida através de várias ini-



ciativas inovadoras, como a transformação de parte da dívida em investimentos (**debt equity swaps**), além dos **exit bonds**.

Ao revelar ao GLOBO, ontem, a disposição do Bird em garantir os papéis brasileiros, um dos mais altos funcionários daquele banco acrescentou que o assunto poderá ser discutido detalhadamente já na próxima semana, depois que a direção do Bird ouvir ambas as partes.

“Primeiro temos que deixar que o Brasil e os banqueiros conversem a respeito e ver a que conclusão chegam. O que já ficou claro é que tais títulos não podem ser obrigatórios: eles têm de ser aceitos de forma voluntária. Há outra condição essencial implícita: os **exit bonds** só terão sucesso sendo garantidos pelo Banco Mundial, contando com um apoio do FMI”, comentou.

A questão da garantia seria o principal tema de uma conversa, ontem à noite, aqui em Washington, entre o Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e o Vice-Presidente

do Bird para a América Latina, o paquistanês Shâid Husain. Sua familiaridade com assuntos brasileiros vem de longa data: Husain foi oficial de empréstimos para o Brasil em 1964 e, cinco anos depois, foi promovido à Chefe da Divisão Brasil, no Banco Mundial.

A tendência em avalizar os títulos brasileiros ainda não é admitida publicamente pela Direção do Bird, embora o assunto tenha sido debatido à exaustão por seus funcionários. O anúncio oficial, segundo a fonte, só será feito depois que os negociadores brasileiros e os banqueiros privados chegarem a um consenso sobre o valor desses papéis e os mecanismos que regerão o negócio.

Apesar disso, os técnicos do Banco Mundial encarregados de estudar essa estratégia já têm autorização oficial para comentá-la. Segundo eles, os bancos comerciais estão preparados para esse tipo de negociação. Mas um acerto só deverá ser alcançado depois de uma prolongada con-

versa entre o Brasil e seus credores.

Um dos funcionários que mais entendem desse assunto, o Diretor do Departamento de Administração de Dívidas e Serviços Financeiros, David Bock, disse que um dos pontos atraentes dos **exit bonds** é que eles permitem aos bancos escaparem do processo de ter de desembolsar dinheiro novo.

— Os grandes bancos estão preparados para aceitar esses papéis, depois de uma boa conversa em que se estabeleçam as regras. Essa saída facilitaria a vida de muita gente. Afinal, os grandes querem administrar melhor a questão da dívida e, por isso, gostariam de se livrar dos bancos pequenos, que complicam as negociações. É muito difícil, num processo desses, conseguir um consenso quando há, como no caso brasileiro, mais de 600 bancos envolvidos. E os pequenos? Por sua vez, querem se livrar do problema da dívida, e teriam nos títulos uma boa oportunidade para isso — disse Bock.

A possibilidade de se conseguir uma capitalização dos juros — outra medida considerada inovadora — é encarada como duvidosa pelos técnicos do Banco Mundial. Segundo David Bock, os bancos comerciais não gostam dessa idéia por considerar que os devedores devem pagar um preço por não terem sabido administrar bem a questão da dívida.

De qualquer forma, Bock informou que já se nota uma mudança no comportamento de alguns bancos privados quanto a isso. Vários deles estariam dispostos a aceitar a capitalização, desde que o volume envolvido nessa transação seja definido por eles mesmos e não pelo País devedor.

● **MORATÓRIA** — A Iugoslávia pediu aos credores ocidentais o congelamento temporário de seus pagamentos da dívida externa de US\$ 20 bilhões. O país comunista dedica atualmente 40% de sua captação em moeda forte a reembolsar US\$ 2,1 bilhões do principal e US\$ 1,9 bilhão de juros que vencem este ano.